

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL

Gestão Empresarial

Márlcio Lúcio Ribeiro Gomes
Coorientador: Prof. Evânio de Carvalho Cruz

Universidade do Vale do Sapucaí

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância da Contabilidade na gestão das empresas, por constituir um instrumento que permite ao gestor tomar as decisões, baseadas em informações mais aprofundadas sobre a situação da empresa em determinado período. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica por pautar-se em autores renomados como Atkinson (2008), Figueiredo (2008), Franco (2009), Iudícibus (2008), Marion (2009) e Assaf Neto (2008) que serviram como suporte teórico para discussão, referente ao objeto de estudo. A contabilidade como ferramenta de gestão empresarial, financeira e gerencial, diferenciando-as e abordando sua relevância para a organização bem como indicar os setores beneficiados com o uso dessas informações e os relatórios que poderão ser gerados e utilizados pela gestão. A Contabilidade, por se tratar de uma área que faz a ligação entre as demais áreas e, por existir no interior da organização, colabora com a gestão, em decorrência das informações que é capaz de gerar e interpretar, resultando no fornecimento de relatórios adequados à necessidade de cada seguimento empresarial, o que permite amparar o processo de tomada de decisão. Diante dessa observação, a contabilidade permite ao gestor obter dados reais referentes à empresa.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial. Gestão empresarial. Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é crescente a competitividade entre as empresas. Por isso, há necessidade de que cada organização esteja atenta às demandas, sendo o conhecimento do próprio negócio o fator determinante para sua sobrevivência. O desenvolvimento tecnológico e das corporações, a complexidade do ambiente econômico e o nível de incerteza têm dificultado esse conhecimento e, conseqüentemente, a gestão dos negócios. Conforme Marion, (2009, p.25):

“A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.”

Diante disso, a contabilidade vem tomando um papel de destaque dentro das organizações, pois consegue reunir todas as informações necessárias para auxiliar os gestores nas tomadas de decisão, o que motivou a escolha do tema deste artigo: A Contabilidade como ferramenta de gestão empresarial.

Pretende-se demonstrar a importância da Contabilidade na gestão das empresas, por constituir um instrumento que permite ao gestor tomar as decisões baseadas em informações mais aprofundadas sobre a situação da empresa em determinado período, principalmente pelo fato de a Contabilidade já estar viabilizada no interior da empresa, e de acordo com a legislação do país.

Apresenta como metodologia a revisão bibliográfica pautada em autores como: Atkinson (2008), Figueiredo (2008), Franco (2009), Iudícibus(2008), Marion (2009) e Assaf Neto (2008) que vem desenvolvendo pesquisas sobre o tema, além de leis, sites e periódicos especializados. Esta pesquisa encontra-se estruturada em seis seções, além da introdução. Na segunda seção são apresentados os conceitos de contabilidade financeira e gerencial; na terceira, as principais ferramentas fornecidas pela contabilidade que auxiliam no processo de gestão empresarial; na quarta, é apresentada a análise das demonstrações financeiras; na quinta é discutida contabilidade como instrumento de gestão na tomada de decisão; e, por fim, na sexta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 A CONTABILIDADE FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL

Segundo Iudícibus (2009, p. 10), a Contabilidade “pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”. Desta forma, entende-se que a contabilidade estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das organizações, por meio do registro, classificação, demonstração, análise e interpretação desses fatos e oferece a informação e orientação necessárias para a condução dos assuntos gerais no tocante à administração de uma organização.

Com a finalidade de assegurar seu controle e fornecer aos seus gestores as informações necessárias à ação administrativa, bem como aos proprietários do patrimônio e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela organização para alcançar os seus fins, Marion (2009 a, p. 28) “acrescenta que todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são

registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa”.

Para Padoveze (2010. p. 197-198):

“Análise de balanço constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis objetivando uma avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. A avaliação sobre a empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa.”

Essas informações, geradas pela contabilidade, apresentam indicadores da situação da organização, tornando possível a verificação de seu desempenho, sendo uma importante fonte que dará o suporte para o planejamento empresarial.

A Contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização. Atinkson (2008, p. 36) confirma ao relatar que, “recentemente, a informação contábil gerencial expandiu-se para envolver uma informação mais subjetiva, como mensuração da satisfação do cliente, capacidade do funcionário e desempenho de novos produtos.”

“Contabilidade Gerencial: voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões. Diferencia-se das contabilidades já abordadas, pois não se prende aos princípios tradicionais aceitos pelos contadores. O profissional que exerce a Contabilidade Gerencial também é conhecido como *controller* (MARION, 2009 b, p.30).”

Pode-se considerar que uma das principais características da Contabilidade, a de gerenciar “todo o sistema de informação, os bancos de dados que propiciam tomada de decisão, tanto dos usuários internos como externos” (MARION, 2009, p. 29), fez com que ela fosse assimilando as novas perspectivas existentes no tocante à gestão da empresa (PADOVEZE 2004, p. 38), tornando-se um suporte importante no que diz respeito à informação, principalmente pelo fato de constituir-se em “várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos, ..., de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório” (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21). Essa característica reforçou ainda mais a importância da informação contábil na gestão da empresa.

Ao realizar a Contabilidade Gerencial, o contador estará completando a coleta e mensuração de dados dentro de um sistema em que serão analisados e transformados em informação útil e oportuna às necessidades do usuário, e também para o gerenciamento da empresa, por servir, inclusive, como base para o processo decisório.

3 AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS FORNECIDAS PELA CONTABILIDADE A SEREM UTILIZADAS NO PROCESSO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Como já dito anteriormente, o principal objetivo da Contabilidade é prover seus usuários internos e externos de informações úteis e em tempo hábil, sendo o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões e o faz através de relatórios que expõem resumida e ordenadamente os dados colhidos (MARION, 2009 b, p. 41).

Entre os relatórios contábeis, os mais importantes são as demonstrações financeiras (conforme denominação da Lei 11638 – Lei das Sociedades por Ações) ou simplesmente demonstrações contábeis.

A lei citada relaciona as seguintes demonstrações financeiras como obrigatórias: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAC), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), as duas últimas, obrigatórias quando se tratar de companhias abertas (que negociam suas ações nas bolsas de valores), sendo que a DMPL deverá substituir a DLPAC nesses casos.

Existem também demonstrações financeiras que não são obrigatórias como a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Orçamentos e o Balanço Social.

Assaf Neto (2008, p. 65) descreve que:

“Somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se pode desenvolver avaliações mais acuradas das empresas. Mais especificamente, todo processo de análise requer conhecimentos sólidos da forma de contabilização e apuração das demonstrações contábeis, sem os quais ficam seriamente limitadas as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa.”

A análise das demonstrações financeiras envolve uma comparação de desempenho da empresa com o de outras do mesmo setor, e uma avaliação das tendências da posição da empresa ao longo do tempo. Esses estudos ajudam a administração a identificar deficiências a fim de, tomar medidas para melhorar o desempenho.

3.1 O balanço patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) constitui-se de duas colunas verticais: a coluna do lado direito é denominada Passivo e Patrimônio Líquido e a coluna do lado esquerdo é denominada Ativo.

Marion (2009 b, p. 45) conceitua Ativo como:

“São todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa.”

Possuem as seguintes características: bens ou direitos, propriedades, benefícios presentes ou futuros, mensuráveis em dinheiro. O ativo ainda pode dividir-se em Ativo tangível (aquilo que se pode tocar: estoques, veículos, prédios, máquinas, etc.) e Ativo intangível (são os bens que não se podem tocar, como por exemplo, o poder da marca e da imagem).

Marion (2009 b, p. 49), define Passivo como “as obrigações, dívidas e financiamentos”, podendo ser dividido em dois grupos: o Passivo exigível (todas as obrigações com fornecedores, impostos, financiamentos, etc.) e Passivo não exigível (é a obrigação que não será exigida enquanto a empresa estiver funcionando, pois é uma obrigação para com seus proprietários).

O Patrimônio Líquido, por sua vez, são os recursos dos proprietários que foram investidos na empresa, o qual também pode se chamar capital. O Patrimônio Líquido poderá sofrer alterações através de novos investimentos dos proprietários da empresa, ou através de rendimento da aplicação ora realizada, também chamada lucro.

Assim podemos entender que Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidência, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da organização.

Iudícibus e Marion (2008, p. 19), explicam que o termo balanço decorre do sentido de equilíbrio e igualdade entre as contas do Ativo e Passivo + Patrimônio Líquido e, o termo patrimonial, origina-se do conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa. Acrescentam ainda que todo BP deve ser composto de cabeçalho (onde deve constar o nome da empresa, da demonstração e a data do balanço), corpo (a demonstração propriamente dita) e colunas comparativas (que possibilitará a comparação de valores com o exercício anterior).

3.2 A Demonstração de resultado do exercício (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) é extremamente importante para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo, pois o lucro é o objetivo principal das empresas. Apresenta de forma resumida as operações realizadas pela empresa, durante seu exercício social, demonstrando o resultado líquido desse período, relacionando as receitas e despesas desse exercício.

Iudícibus e Marion (2008, p. 50) conceituam a DRE:

“Como um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses) e é apresentada na vertical, de forma dedutiva, onde das receitas subtraem-se as despesas, indicando ao final o resultado (lucro ou prejuízo). A DRE completa, exigida por Lei, fornece maiores minúcias para a tomada de decisão: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaque dos impostos etc.”

A DRE oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período e embora sejam elaboradas anualmente para fins legais de divulgação, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos. Com uma DRE bem elaborada, os gestores podem praticar uma administração totalmente voltada para a eficiência e a competência.

3.3 A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPAc) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc) evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

Marion (2009 b, p. 421) esclarece que a DLPAc “é obrigatória para as empresas, todavia, poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), obrigatórias para as companhias abertas”, sendo que a apresentação da DMPL desobriga a publicação da DLPAc, uma vez que está contida nesta.

A DLPAC deverá discriminar: o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores; as reversões de reservas; as destinações do lucro líquido do exercício; as transferências para reservas; os dividendos; a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é uma demonstração completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

Iudícibus e Marion (2008, p. 82):

”Ao contrário do DLPAC (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados), a **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas as) contas do PL ocorrida durante o exercício. Assim, todo acréscimo e toda diminuição do Patrimônio Líquido são evidenciados por essa demonstração, bem como a formação e utilização das reservas (inclusive aquelas originadas por lucro).”

A elaboração da DMPL é relativamente simples, pois basta representar, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Dessa forma, podemos entender que a DMPL é aquela destinada a evidenciar as mudanças, em natureza e valor, ocorridas no patrimônio líquido da entidade, num determinado período de tempo, enquanto a DLPAC apresenta as destinações específicas que ocorreram com o lucro ou prejuízo do exercício.

3.4 A demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é uma demonstração dinâmica e está contida no BP e indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o resultado do fluxo financeiro (MARION, 2009 b, p. 445).

Iudícibus e Marion (2008, p. 111), acrescentam também que a intitulação DFC não é mais correta, sendo mais adequado denominá-la Demonstração de Fluxo Disponível, e arrematam:

“A DFC vem esclarecer situações controvertidas na empresa, por exemplo, através da comparação com a DRE, o porque de a empresa ter um lucro considerável e estar com o Caixa baixo, não conseguindo liquidar todos os seus compromissos.”

O entendimento das disponibilidades da organização tornou-se fundamental para as empresas, pois o custo do dinheiro é elevado e não se pode manter dinheiro ocioso, nem prescindir de disponibilidades financeiras para atender aos compromissos mais imediatos. (FRANCO, 2009, p. 372).

Esta demonstração vem se tornando “peça de grande utilidade como instrumento de administração financeira” (FRANCO, 2009, p. 372), pois “propicia ao gerente financeiro a

elaboração de melhor planejamento financeiro (...) proporcionando maior rendimento à empresa” (IUDÍCIBUS e MARION, 2008, p. 111).

A DFC pode ser apresentada de forma direta (onde são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que concorreram para a variação das disponibilidades) e de forma indireta (onde são feitos ajustes ao lucro líquido através do valor das operações de receitas ou despesas, possuindo semelhanças à Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos, que será estudado a seguir).

3.5 A demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória às companhias abertas desde a Lei 11.638/07. Esta lei obriga a empresa que “deverá evidenciar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desta riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída” (MARION, 2009 b, p. 506).

A DVA demonstra, assim, a efetiva contribuição da empresa, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

Iudícibus e Marion (2008, p. 7) acrescentam ainda que esta demonstração é muito comum nos países da Europa Ocidental e procura mostrar para quem a empresa está canalizando a renda obtida. A DVA, que poderá integrar o Balanço Social, constitui uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

4 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras, também comumente chamada de Análise de Balanços, é um dos instrumentos mais importantes no processo de gestão empresarial, como também, para o conhecimento de outras empresas, concorrentes ou fornecedores, mas, sem dúvida, o mais relevante uso desse instrumento é a sua utilização internamente pela empresa (PADOVEZE, 2010, p. 197).

Assim, entendemos que a análise das demonstrações financeiras constitui um instrumento importante para o gestor da empresa, tendo em vista que, utilizando-se dos relatórios produzidos pelo setor contábil (sendo assim, considerados confiáveis e relevantes, como já vimos anteriormente) seja possível avaliar a situação da empresa e até mesmo prever os futuros resultados da organização.

Iudícibus e Marion (2008, p. 127), dizem que “todas as demonstrações financeiras são suscetíveis de análise, mas a ênfase maior é dada ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício, por se tratarem de evidências objetivas da situação financeira da empresa”.

Padoveze (2010, p. 198) acrescenta que:

“A análise das demonstrações financeiras vale-se de cálculos matemáticos, que traduzem os demonstrativos contábeis em indicadores e ressalta que o mais importante não é saber calcular ou interpretá-los, mas possuir um conhecimento profundo das peças contábeis a serem analisadas.”

Através da análise dos índices, o gestor pode ter uma visão melhor do que ocorre na empresa e em seu macro-ambiente e também pode tomar a decisão mais acertada e se planejar para o futuro.

São alguns modos de Análise das Demonstrações Financeiras:

a) A Análise Horizontal e a Análise Vertical : uma das técnicas mais conhecidas na Análise de Balanços, mas os índices contábeis e financeiros são melhores instrumentos para avaliar a saúde da empresa. Padoveze (2010, p. 207) conceitua a análise horizontal como o instrumental que calcula a variação percentual, ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou não no item avaliado. A Análise Vertical é a análise da estrutura da demonstração de resultados e do balanço patrimonial e busca demonstrar as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro do total (PADOVEZE, 2010, p. 200).

b) Os Indicadores Econômico-Financeiros: os indicadores econômico-financeiros são os elementos que representam o conceito de análise de balanço, e, basicamente, cálculos matemáticos efetuados a partir de dados do BP e da DRE, a fim de esclarecer o entendimento da situação patrimonial, financeira e rentável da empresa. Eles evidenciam informações atuais da empresa ao mesmo tempo em que podem detectar o que pode acontecer no futuro.

Os indicadores econômico-financeiros objetivam detectar situações, verificar tendências e dar subsídios para que a gestão da organização enfatize os esforços corretivos nas direções necessárias (PADOVEZE, 2010, p. 206). Podem-se separar em cinco categorias:

Indicadores de capacidade de pagamento

1. Liquidez Corrente
2. Liquidez Seca
3. Liquidez Imediata
4. Liquidez Geral
5. Endividamento

Indicadores de atividades

1. Prazo Médio de Recebimento
2. Prazo Médio de Pagamento
3. Giro dos Estoques
4. Giro do Ativo Total

Indicadores de rentabilidade

- a) Margem Operacional sobre Vendas
- b) Margem Líquida sobre Vendas
- c) Rentabilidade do Ativo Total
- d) Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Análise da rentabilidade – Método Dupont

1. Giro do Ativo Total
2. Margem Líquida sobre Vendas
3. Lucro sobre o Ativo
4. Participação do Capital Próprio no Ativo Total
5. Lucro sobre Patrimônio Líquido

Análise de valor da ação

1. Valor Patrimonial da Ação
2. Lucro por Ação
3. Dividendos e Lucros Distribuídos por Ação
4. Valor de Mercado da Ação
5. Relação Preço Lucro (P/L)

Para Padoveze (2010. p. 197-198):

“Análise de balanço constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis objetivando uma avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. A avaliação sobre a empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores da empresa.”

Pode-se, portanto, concluir que a análise financeira consiste numa metodologia previamente determinada e objetiva fundamentar o gestor na definição de políticas, ações e metas que compõem o planejamento estratégico da organização.

5 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NA TOMADA DE DECISÃO

A Contabilidade, caracterizando-se por registrar todas as transações da corporação, constitui um grande banco de dados. Esses dados são matérias-primas da informação; portanto, não basta possuí-los, é necessário que eles sejam tratados de forma estruturada tecnicamente para que gerem informações úteis e representem um instrumento gerencial no processo decisório corporativo.

Segundo Marion (2009 a, p.29):

“Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da Contabilidade. Os investidores (sócios ou acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes, etc.”.

Com as informações da Contabilidade, o gestor passa a ter melhores condições de avaliar seu negócio, considerando prováveis situações futuras. Essas informações podem determinar ações planejadas, considerando diversas situações e cenários, aumentando a possibilidade de sucesso da organização.

Figueiredo e Caggiano (2008, p. 17) definem o processo de tomada de decisão como “uma sequência lógica de etapas que expressam a racionalidade com a qual os gestores buscam soluções ótimas para os problemas da empresa” e Chiavenato (2000, p. 348), acrescenta que, tomada de decisão é o “processo de análise e escolha entre as alternativas disponíveis de cursos de ação que a pessoa deverá seguir”.

Assim podemos entender que o tomador de decisão está inserido em uma situação problema, pretende alcançar objetivos, tem preferências pessoais e segue estratégias para alcançar resultados. Assim o gestor, em posse das informações contábeis, age na sua gestão com maior consciência, prevendo os possíveis resultados das medidas administrativas no processo de tomada de decisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda e qualquer atividade necessita de instrumentos que possibilitem um gerenciamento adequado dos recursos existentes para o seu pleno desenvolvimento. Assim, a necessidade de instrumentos de controle e mensuração se torna evidente orientando, não somente a forma como a atividade pode ser desenvolvida, mas também a projeção de sua continuidade e seu planejamento futuro.

A boa gestão financeira constitui a pedra angular do sistema empresarial e é vital para a saúde econômica da empresa. Sua principal aliada é a contabilidade que surge dentro das organizações como importante instrumento de gestão, disponibilizando informações gerenciais que colaborem para a própria atuação do gestor.

A Contabilidade, comumente chamada Contabilidade Financeira, é o instrumento que fornece o maior número de informações para embasar as decisões que precisam ser tomadas dentro da organização. Por se tratar de uma ciência que estuda os fenômenos patrimoniais que ocorreram na empresa, identificando, coletando, registrando e mensurando essas informações em forma de relatórios, possibilita uma visão ampla dos acontecimentos ocorridos, permitindo julgamentos adequados por parte dos usuários dessas informações.

Dessa forma, a Contabilidade Gerencial permite um melhor controle sobre os elementos que influem diretamente na empresa, como as decisões sobre aquisições, contratações, investimentos etc., havendo a possibilidade de controles mais efetivos, além de planejamentos mais consistentes que permitam ao gestor uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento de suas ações e o impacto que causam na empresa.

Sua finalidade é suprir os usuários internos da empresa com um maior número de informações focadas no processo de tomada de decisões, a fim de embasá-los com informações adequadas, pertinentes e reais da situação da empresa. A Contabilidade Gerencial pode assim, atender com maior consistência às necessidades dos gestores por informação, pelo fato de constituir-se num verdadeiro banco de dados sobre a movimentação econômica e financeira da organização.

Com as informações da Contabilidade, o gestor passa a ter melhores condições de avaliar o andamento e consecução de seus objetivos, considerando possíveis situações que poderão intervir de forma negativa na organização, aumentando a possibilidade de seu sucesso.

Seus principais relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício, são indispensáveis para a análise de indicadores que possibilitará a percepção da situação atual da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros, detectando seus pontos fortes e pontos fracos e também a percepção da sua provável situação futura.

Cabe ressaltar que em nenhum momento procurou-se analisar em detalhes as determinadas ferramentas, nem tampouco, encerrar as discussões sobre o tema proposto,

objetivou-se tão somente, informar a importância da Contabilidade na gestão empresarial e as principais metodologias de informação e análise, motivando novos acadêmicos a buscar maior profundidade sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade gerencial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009 a.

_____. **Contabilidade empresarial.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009 b.

ASSAF NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade gerencial.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.